



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 70ª reunião, realizada em 9 de outubro de 2013

1 Em 9 de outubro de 2013, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e suplentes: a presidente Ana
5 Carolina de Brito Machado, Henrique Augusto Reis, Ênio Marcus Brandão Fonseca,
6 Ronan Andrade Nogueira, Petra Rafaela de Oliveira Silva Mello, Gilson de Oliveira
7 Wenceslau, Mauro da Fonseca Ellovitch, Célio Moreira, Ubaldina Maria da Costa
8 Isaac e Ronaldo de Azevedo Coimbra – representantes do poder público; Denise
9 Bernardes Couto, Carlos Alberto Santos Oliveira, Eduardo Antônio Arantes do
10 Nascimento, Marco Aurélio Moreira, Fábio Henrique Vieira Figueiredo, Célia
11 Regina Alves Rennó, Newton Reis de Oliveira Luz, Lígia Vial Vasconcelos, Maria
12 Teresa Viana de Freitas Corujo e Virgínia Granja Silva Machado de Lima –
13 representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta.** 1) **HINO NACIONAL**
14 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** A
15 presidente Ana Carolina de Brito Machado, declarou aberta a 70ª reunião da Câmara
16 Normativa e Recursal. 3) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**
17 **ASSUNTOS GERAIS. Encontro de conselheiros.** A conselheira Denise Bernardes
18 Couto comunicou que a Fiemg irá realizar um encontro de conselheiros, no dia 30 de
19 outubro, para tratar de temas discutidos nas reuniões dos colegiados do COPAM, e
20 que haverá palestra sobre mediação de conflitos ambientais. Informou ainda que
21 todos os conselheiros serão convidados. **Código Florestal. Conselheiro Célio**
22 **Moreira:** “Na última reunião, em que eu não estive presente, por questão de Plenário,
23 teve uma discussão aqui pelos conselheiros e as conselheiras a respeito do Código
24 Florestal, que nós discutimos na Assembleia Legislativa. Eu dei uma lida na ata,
25 dizendo que a Assembleia não ouviu os setores. Só deixar registrado que nós ficamos
26 aproximadamente três meses em plena discussão, convidamos todos os setores e, logo
27 na primeira discussão do conhecimento do projeto, nós chamamos ambientalistas,
28 produtores, esteve também o Ministério Público, Fiemg, Cemig Seapa, SEMAD, e
29 nós sugerimos a todos os que participaram dessa reunião que, se tivessem alguma
30 sugestão a apresentar, que fosse encaminhada até uma data. Depois nós recebemos
31 uma solicitação, porque o prazo – salvo engano, foi de dez dias – era curto, e nós
32 passamos para 20 dias. E nós recebemos várias sugestões e acatamos – parcial,
33 algumas, e outras na sua totalidade – quase 80 sugestões. Então, tivemos uma
34 discussão bastante ampla. Tínhamos marcado uma audiência pública – como está até
35 relato na ata –, em que iríamos escutar o Estado. Naquele dia, infelizmente, tivemos a
36 morte do deputado José Henrique, e foi adiada. Mas, antes de adiar essa audiência,
37 nós nos reunimos com todos os líderes da Assembleia e queríamos propor uma nova

38 data, mas foi estabelecido que todos fizessem os encaminhamentos, sugestões; demos
39 mais um prazo. Então, foi bastante discutido. Eu vi até aqui a Lígia dizendo que a
40 presença da Amda, ela queria esclarecer que não estava representada. Quer dizer,
41 participou, a Dalce participou de várias reuniões conosco, e acho que a Lígia também
42 até participou de algumas conosco. A Assembleia é plural. Eu procurei, como relator
43 do projeto, dar voz a todos, inclusive com a presença do secretário; nós solicitamos a
44 presença do secretário Adriano Magalhães, da SEMAD, o secretário da Seapa.
45 Tivemos reuniões com o setor produtivo, com os ambientalistas, com os técnicos da
46 Assembleia, das secretarias. E chegamos à discussão, depois, acatamos algumas
47 emendas, algumas parciais, como eu disse aqui, e outras na sua totalidade.
48 Infelizmente, o relatório, o substitutivo que foi apresentado não deu para acatarmos
49 nem do setor produtivo nem dos ambientalistas 100% daquilo que foi solicitado.
50 Tentamos, na melhor forma possível, apresentar aquilo, que foi para o Plenário, que é
51 soberano, e os deputados decidiram votar aquele substitutivo. Está em discussão no
52 Governo, agora para sanção do governador, e tem algumas situações que o Governo
53 está analisando se veta ou se mantém. Mas eu só gostaria de registrar aqui – eu não
54 estive presente – que nós demos o prazo para que todos se manifestassem, todos
55 tiveram oportunidade de se manifestar. Quem não se manifestou é porque não quis.
56 Nós, inclusive, através da TV Assembleia, rádio, jornal e nas audiências que nós
57 tivemos, tanto as reuniões ordinárias, encaminhamos para todos os líderes de
58 governo, datas, sugerindo a presença de todos, e chegamos ao Substitutivo nº 3.
59 Então, não foi, de forma alguma, uma votação rápida. Nós tivemos, sim, a presença, e
60 isso está tudo registrado em ata na Assembleia, filmado, gravado. Tiveram as
61 oportunidades. Não foi possível acatar na totalidade as sugestões, mas eu acredito que
62 nós fizemos o que foi possível ali dentro. Alguns não concordaram na totalidade com
63 o que foi aprovado; algumas estão, como eu disse aqui, em discussão, com o
64 Governo, e agora está nas mãos do governador, se veta alguma coisa ou se mantém.
65 Então, só gostaria de fazer esse registro porque eu, como presidente da Comissão e
66 relator, não podia e não posso ter a minha opinião de não acatar nada. Colocamos em
67 discussão, tiveram as discussões, todos tiveram a sua oportunidade e votaram
68 conforme o combinado, conforme o que foi discutido nas reuniões da Comissão.”

69 **Conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch**: “A preocupação do Ministério Público
70 quanto ao Código estadual, assim como em relação ao federal, são alguns pontos que
71 nós temos como inconstitucionais por afrontar alguns dispositivos diretos da
72 Constituição, especialmente o Artigo 225, § 1º-1, o §1-3 e o §3º. Algumas situações,
73 especialmente no que tange à consolidação por escolha de data aleatória, nos
74 preocupam muito, sempre nos preocuparam, por, a nosso ver, contrariarem o
75 mandamento da Constituição que determina que o poder público exija a recuperação
76 integral dos processos ecológicos essenciais. Nesse caso, por lei ordinária, se estaria
77 fazendo uma mitigação de um dispositivo constitucional. Preocupação nossa é
78 estritamente de cunho constitucional, de aplicação da Constituição. Eu quero deixar
79 bem claro: nós não temos nenhum posicionamento de cunho ideológico, muito menos
80 qualquer intenção de afrontar a Assembleia ou a deliberação dos deputados. Por outro

81 lado, nós temos um dever constitucional. O Artigo 127 da Constituição nos incumbiu
82 da guarda do regime jurídico, e, diante de uma posição institucional muito estudada
83 pelo Ministério Público não só aqui em Minas Gerais, mas em todos os Estados – eu
84 pessoalmente participei de reunião do Fórum dos Coordenadores de Meio Ambiente
85 do Brasil inteiro –, diante do estudo jurídico que foi apresentado na Lei 12.651 –
86 muitas coisas repetidas na nossa lei estadual –, nós temos por posição institucional
87 que tais dispositivos violam alguns artigos da Constituição e arriscariam,
88 principalmente, uma sustentabilidade a longo prazo. Eu vou até deixar a oportunidade
89 de ressaltar pessoalmente uma preocupação pessoal minha com o estabelecimento de
90 uma data aleatória para a consolidação. Minas já havia estabelecido 2002; eu não
91 vejo razão jurídica para isso ter sido prorrogado para 2008. Se falou que seguiria a
92 legislação federal; nada impediria que a estadual fosse mais restritiva e mais protetiva
93 ao meio ambiente. E o pior, o que mais me preocupa é uma eventual reforma dessa
94 lei, o que certamente ocorrerá mais para frente, prorrogando essa consolidação para
95 2018, 2028, 2058, até não termos mais áreas protegidas aqui no Estado. Então, é uma
96 preocupação que nos é muito cara.” **Conselheiro Célio Moreira**: “Eu li na ata as
97 suas ponderações, as mesmas que está colocando aqui, observei. Fizemos algumas
98 durante a tramitação do projeto, discutimos a questão da constitucionalidade e da
99 legalidade de várias propostas que foram encaminhadas. Algumas situações ali, o que
100 eu deixei claro, inclusive, aos participantes, eu deixei que não concordava e em
101 outras concordava, mas na Assembleia é voto. E eu acredito que teremos alguma
102 novidade, está nas mãos do governo. A lei, conforme o conselheiro tem
103 conhecimento, pode ser alterada. Agora cabe ao Plenário e ao Governo também essa
104 discussão. Aqui, como conselheiros, todos estamos atentos, e a questão do Ministério
105 Público de dever; é lógico que tem que tomar as suas providências naquilo que achar
106 que é inconstitucional e não é legal. Com toda certeza, o Ministério Público vai
107 manifestar. Mas quero dizer, só para deixar registrado, dessa discussão, desse
108 trabalho que foi feito. Procuramos ouvir a todos. Chegou essa proposta do Estado,
109 foram anexados, se não me engano, quatro ou cinco projetos à lei que foi votada. Mas
110 eu li o comentário da ata da 70ª reunião, os seus comentários, e eu só fiz essa
111 observação aqui porque parece que não teve, ninguém teve a oportunidade, e eu vejo
112 que alguns conselheiros aqui participaram de várias discussões na Assembleia
113 Legislativa. Só o esclarecimento. Mas, conselheiro Mauro, eu tomei conhecimento
114 das suas observações e dos outros conselheiros.” **Conselheiro Mauro da Fonseca**
115 **Ellovitch**: “Eu só queria deixar registrada a posição de respeito institucional à
116 Assembleia e também deixar claro a posição do Ministério Público, que é de defesa
117 da Constituição. Para nós, é um dever, é algo que a Constituição nos impõe; nós
118 vamos atuar, sim. Eu só lamento, deputado, infelizmente, diante dessa situação,
119 postergar uma situação de insegurança jurídica. Eu sei que uma das grandes
120 demandas do novo Código é uma estabilização, uma segurança jurídica, mas eu
121 entendo que, da maneira como acabou sendo aprovado, pelo trâmite, principalmente
122 por não terem sido incorporadas algumas sugestões – não digo nem setores, porque
123 setores sempre têm posições dos próprios interesses; mas da comunidade científica,

124 da SBPC e da ABC –, postergar uma situação de insegurança jurídica, quem vai
125 pagar, infelizmente, o preço vai ser o produtor.” **Conselheiro Eduardo Antônio**
126 **Arantes do Nascimento**: “Eu quero que conste, inclusive para conhecimento claro
127 do deputado Célio Moreira, que na reunião passada foram feitas várias manifestações,
128 diferentes entre si no conteúdo, sobre a discussão da Lei Florestal. Eu reafirmo, e
129 espero que fique claro na ata, a posição da Fetaemg, que eu acho que o que a
130 Assembleia promoveu de interlocução e de debate foi o possível no tempo que foi
131 estabelecido. Mantenho a minha posição de que o erro originário da falta de
132 discussão da Lei Florestal de Minas partiu do Governo do Estado, que não colocou a
133 proposta. E poderia ter feito isso, colocar no COPAM e demais instâncias que o
134 governo coordena, que teria ajudado demais. O primeiro esclarecimento é esse. O
135 segundo esclarecimento, aí é a posição que eu quero que conste que não é bom tratar
136 a questão da democracia de forma burocrática. As quatro inscrições que foram feitas
137 aqui demonstram claramente que existe a necessidade dessa discussão, porque existe
138 divergência de entendimento, e divergência é muito bom. Eu não tenho medo de
139 divergência nem me escondo através de norma burocrática. Há uma necessidade da
140 discussão. A Lei Florestal é uma realidade. A manifestação do conselheiro
141 representante do Ministério Público, nós respeitamos, mas ela é divergente da de
142 outros aqui. Não quer dizer que tem alguém aqui que tenha o dom da hegemonia e da
143 verdade. Eu acho incorreto impedir o debate. Eu acho que era mais fácil abrir para
144 todo mundo que quisesse falar, para que se manifestasse.” **Conselheira Lígia Vial**
145 **Vasconcelos**: “Eu quero fazer uma consideração com relação à participação da
146 sociedade na discussão da Lei Florestal. Eu quero dizer ao conselheiro Célio Moreira
147 que nós acreditamos, como o Ministério Público colocou, que a academia não
148 participou, e que conste que a parte da Lei Florestal que foi adequada ao novo Código
149 não foi aberta nem discussão, não conseguimos nem discutir essa parte, foi
150 completamente fechada, dizendo que ela seria igual por coerência à lei nacional. Nós
151 até podemos ter discutido e termos feito, mas as nossas reivindicações não foram
152 acatadas e não tivemos absolutamente nada, nem barramento em vereda nem o que
153 foi acordado pelos deputados foi colocado. Essa é a minha fala na ata, e eu queria
154 retificar, porque acredito que tem que ficar claro que nem o que foi acordado com os
155 deputados, o mínimo de ganho ambientalista, foi cumprido pela Assembleia. A
156 Assembleia não ouviu. Uma coisa é você escutar e não acatar absolutamente nada.
157 Foi isso que eu quis registrar.” **Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas**
158 **Corujo**: “Eu quero registrar que, da nossa parte como sociedade civil e outros
159 movimentos ambientais, nós também realmente vimos a questão da tramitação do
160 Código Florestal na Assembleia de uma forma com que não foi possibilitada a
161 participação da sociedade. Por exemplo, quando nós viemos a questão do que estava
162 acontecendo, nós encaminhamos, inclusive, à comissão que o senhor preside, a
163 Comissão de Meio Ambiente, assinado por várias entidades, entre o primeiro e o
164 segundo turno, um pedido para que fosse realizada uma audiência pública para
165 substituir aquela que foi cancelada, por causa do falecimento do vice-presidente; e até
166 hoje nós não tivemos retorno. Foi para o segundo turno, foi votado e encaminhado

167 para o governador. Então, eu quero ressaltar que o nosso entendimento é que
168 realmente nesse Código Florestal, que, segundo nós, é extremamente preocupante,
169 não houve e não foi dada a oportunidade para isso ser discutido amplamente pela
170 sociedade de Minas Gerais.” **Conselheiro Célio Moreira:** “Foi dado tempo, sim, a
171 todos que quisessem participar e manifestar. Nós tivemos discussões durante
172 aproximadamente três meses, abrimos para o setor produtivo, para as ONGs e todas
173 as entidades, e nós tivemos algumas ONGs. Eu não me lembro de todos que
174 participaram, mas, se for o caso, podemos buscar os dados registrados na Assembleia.
175 Na questão da audiência pública que foi marcada, conforme a conselheira relatou,
176 estava tendo velório de um lado e audiência do outro. Então, não foi possível. Foram
177 chamados todos os líderes de partidos, e eles votaram, deram um prazo – salvo
178 engano foram dez ou quinze dias – para que, quem quisesse fazer alguma
179 manifestação ou alguma sugestão, apresentasse à Comissão na próxima reunião. E
180 aconteceu: nós tivemos sugestões da Amda, tivemos sugestões de vários deputados e
181 de algumas entidades. Foram avaliadas as sugestões, as emendas, algumas acatadas,
182 outros; algumas na totalidade, outras parcialmente. Mas eu, como presidente e relator
183 dessa matéria, procurei ouvir todos aqueles que tivessem interesse. Nós abrimos esse
184 espaço. Inclusive, recebi uma pressão muito grande, até por parte de alguns
185 deputados, para votar logo. Mas eu não iria colocar em votação de forma alguma um
186 projeto dessa natureza. Então, todos tiveram oportunidade, e foi bastante divulgado
187 pela imprensa, pela TV Assembleia. Inclusive, na ata, fala que nós acatamos 60
188 emendas, mas foram quase 80 emendas, parcial ou na totalidade. Agora o que nós
189 colocamos aqui é o seguinte: vários deputados também apresentaram, e eu também
190 apresentei emenda que foi rejeitada. Eu disse aqui, a Assembleia é plural. Ali nós
191 temos ambientalistas, temos ruralistas, setor produtivo e tivemos várias sugestões.
192 Então, vai para o Plenário. Infelizmente, não deu para acatar na totalidade todas
193 aquelas sugestões, mas o Código foi bastante discutido; foi votado em segundo turno
194 e está para o governo a análise final, se veta ou não um artigo, se veta parcial ou o
195 que for, e estamos aguardando. Agora, eu procurei dar voz, tempo e pedi sugestões a
196 todos; recebemos essas sugestões. Infelizmente ou felizmente, nós não conseguimos
197 agradar 100%. Inclusive, na hora em que ela estava querendo fazer a sua
198 manifestação, eu peguei a fala dela, da linha 125 até a 159, que fala que a
199 superintendente que foi lá na reunião não quer dizer em nenhum momento que houve
200 discussão e que a discussão foi ampla e satisfatória. Foi ampla, agora pode ser que
201 não foi satisfatória para ela. Mas nós tivemos essa discussão, sim, e a Assembleia
202 sempre esteve aberta. E eu, como presidente da Comissão de Meio Ambiente, quero
203 aqui mais uma vez deixar registrado: as reuniões ordinárias são toda terça-feira, às
204 10h, e a todos que quiserem participar e dar as suas sugestões nós estamos abertos.
205 Mas isso não quer dizer que eu apresentei aquela emenda e aquele projeto e que vão
206 ser aprovados daquela forma como eu apresentei. Como eu disse, a Assembleia é
207 plural, receber emendas; e é votado. Algumas nós conseguimos aprovar e outras não
208 conseguimos. Mas nós estamos abertos ao diálogo, e em toda terça-feira, às 10h, a
209 Comissão de Meio Ambiente está reunida para discutir os projetos que tramitam na

210 Câmara.” **Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento:** “Eu vou repetir
211 um pouco das questões que eu já coloquei na reunião passada. Eu acho que o esforço
212 de abrir o debate no âmbito da Assembleia Legislativa foi feito. Infelizmente, houve
213 aquela questão que não havia como evitar: no dia da audiência pública, o falecimento
214 do deputado Zé Henrique. Mas da parte da Fetaemg, em todas as vezes em que fomos
215 chamados nós participamos, apresentamos, como foi solicitado, algumas emendas.
216 Evidentemente que nem todas, claro, foram aprovadas. Nós temos o entendimento de
217 que o Poder Legislativo, quando trata dessas questões da legislação, um Projeto de
218 Lei, ele trabalha com proposições divergentes, muitas vezes antagônicas. Eu acho que
219 o mérito é tentar compatibilizar o consenso possível. Eu acho que o marco referencial
220 que foi estabelecido no início dos trabalhos é o respeito obrigatório ao Código
221 Florestal nacional, porque ele está em vigor. Eu acho que foi um balizador, que teria
222 que ser adotado. As nossas preocupações na Fetaemg hoje se localizam no seguinte:
223 nós achamos que a legislação trouxe discussões muito importantes. Por exemplo,
224 institucionalizou o pagamento por serviços ambientais, no caso, o Bolsa Verde.
225 Agora, ele está parado, o Governo paralisou o programa Bolsa Verde. Então, tirar
226 isso do papel e torná-lo realmente viável, porque hoje nós temos 3.000 agricultores
227 que assinaram os contratos com o Bolsa Verde e estão sem receber. Essa é uma
228 questão. A outra questão é o CAR, Cadastro Ambiental Rural, que, a partir do Código
229 Florestal, passa a ser um instrumento decisivo na regularização ambiental e na
230 política ambiental. Nós achamos que a Lei Estadual avançou na formatação do CAR,
231 como ele ser viabilizado. Agora, eu não vejo ânimo da parte do governo, não vejo
232 capacidade operacional. A nossa Lei Florestal é muito clara que, para agricultura
233 familiar, a assistência técnica e o estabelecimento das coordenadas geográficas da
234 propriedade da agricultura familiar são responsabilidade do poder público. Eu não
235 vejo uma preparação nesse sentido. Eu quero dizer o seguinte: o mecanismo de
236 comando e controle, nós sabemos que é limitado, e essa limitação se supera, a nosso
237 ver, com políticas públicas de meio ambiente; elas têm que ser executadas, como
238 política de preservação ambiental, política de pagamento de serviços ambientais, e
239 todas essas questões. Eu acho que é um encanto que nós temos. Eu queria dizer que a
240 Comissão de Meio Ambiente da Assembleia – eu participo ativamente, convidado ou
241 não, porque as reuniões são públicas; é preciso ficar claro isso também – tem se
242 esforçado neste sentido, de nós consolidarmos políticas públicas ambientais. Eu acho
243 que, em termos da nossa Lei Florestal – aí é entendimento, não quer dizer que ele está
244 certo – no campo, na área rural, hoje, nós temos alguns impactos muito fortes que não
245 são derivados da atividade agropecuária, como, por exemplo, mineração,
246 hidrelétricas. Eu, por exemplo, defendi lá na discussão retirar esse caráter de
247 mineração de atividade de utilidade pública. Eu acho que isso é um absurdo – é uma
248 opinião –, principalmente porque produção de elementos não é considerado de
249 utilidade pública. Eu acho que isso só existe para privilegiar a atividade, e não para
250 preservar o meio ambiente. Mas eu acho que nós temos que tentar ir para frente e
251 acho que pressupõe também o fortalecimento dos órgãos ambientais e pressupõe o
252 aprofundamento, no espaço adequado no governo, que é o COPAM, o

253 aprofundamento da discussão. Na votação aqui anterior desse convênio, o número de
254 abstenções – não é que ninguém é ruim; não existe esse negócio do ruim e do bom;
255 isso não é teologia... Agora o número de abstenções demonstra claramente a
256 necessidade de aprofundar as discussões. Eu acho que isso fica claro.” **Conselheira**
257 **Maria Teresa Viana de Freitas Corujo**: “Entre o primeiro e o segundo turnos,
258 foram sete dias e chegaram muitas emendas, como o senhor falou. Eu estive lá na
259 reunião e o senhor tomou conhecimento da redação, após as emendas entre primeiro e
260 segundo turnos. Na Comissão de Meio Ambiente, não houve a possibilidade nem de
261 perguntar se alguém que estava ali assistindo queria tomar conhecimento ou fazer
262 alguma colocação. Outro detalhe, amplamente debatido, com a quantidade de
263 emendas que entraram entre o primeiro e o segundo turno; em sete dias foi para
264 votação. Se o senhor ler a ata que eu li da própria reunião da Assembleia em que foi
265 apresentada a segunda redação, são páginas quase, em que os próprios deputados
266 pedem que sejam lidas as novas emendas. E teve toda uma grande discussão, muito
267 grande e calorosa, porque a maioria não tinha conhecimento, porque foi muito
268 volume de emendas e de mudanças. Eu só quero que isso fique registrado. O senhor
269 colocou a sua versão, e eu estou colocando a nossa versão.” **Conselheiro Célio**
270 **Moreira**: “Foram amplamente debatidas, discutidas, e todos os membros da
271 Comissão tiveram acesso às emendas, para fazer as suas colocações. Teve, sim,
272 tempo suficiente para a análise de todas as propostas apresentadas.” **Proposta de**
273 **encaminhamento**. Ao fim das manifestações, o conselheiro Eduardo Antônio
274 Arantes do Nascimento propôs à Presidência a inclusão na pauta da próxima reunião
275 de um item para apresentação, pela consultoria da Assembleia Legislativa de Minas
276 Gerais, de um relato das discussões e votações acerca do novo Código Florestal. Os
277 conselheiros Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e Mauro da Fonseca Ellovitch
278 sugeriram que fosse concedido espaço para manifestações dos conselheiros
279 interessados após a exposição da consultoria legislativa. O conselheiro Mauro da
280 Fonseca Ellovitch sugeriu ainda que pudesse ser marcada uma reunião específica para
281 que o tema fosse tratado no âmbito da CNR. A presidente Ana Carolina de Brito
282 Machado informou que irá levar as sugestões para avaliação e decisão do secretário
283 Adriano Magalhães Chaves. **4) EXAME DA ATA DA 69ª REUNIÃO**. Aprovada
284 por unanimidade a ata da 69ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em
285 11 de setembro de 2013, com abstenção do conselheiro Célio Moreira e as seguintes
286 modificações: – Nova redação para as linhas 324 a 326: “O conselheiro Ronaldo de
287 Azevedo Coimbra fez comentários, pelas imagens de satélites, sobre a situação de
288 controle ambiental da empresa. A conselheira Lígia Vial Vasconcelos recomendou a
289 realização de vistorias nos empreendimentos próximos para fiscalização do controle
290 ambiental das atividades e apresentação de relato à Câmara.”; – Na linha 164,
291 substituir a palavra “quem” por “que”; – Nova redação para as linhas 167 e 168:
292 “Então, qualquer coisa que tem acima de um metro e meio de altura que seja retirado.
293 A metodologia considera como desmatamento de mata atlântica.”; – Na linha 170,
294 grafar a sigla UFLA com letras maiúsculas; – na linha 172, onde está escrito “desse
295 PL 276” lê-se “do PL 276”. **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA**

296 **COPAM QUE ESTABELECE DIRETRIZES GERAIS E PRAZOS PARA**
297 **PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO DE SISTEMAS DE**
298 **LOGÍSTICA REVERSA NO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apresentação:**
299 **FEAM.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Mauro da
300 Fonseca Ellovitch e vista conjunta solicitada pelos conselheiros Denise Bernardes
301 Couto e Marco Aurélio Moreira. **6) PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE**
302 **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA ENTRE O**
303 **MUNICÍPIO DE RIO ACIMA E O ESTADO DE MINAS GERAIS.**
304 **Apresentação: SEMAD.** Aprovada por maioria a proposta de celebração de
305 convênio nos termos apresentados pela SEMAD, com voto contrário da conselheira
306 Lígia Vial Vasconcelos e abstenções dos conselheiros Célio Moreira, Ubaldina Maria
307 da Costa Isaac, Carlos Alberto Santos Oliveira, Mauro da Fonseca Ellovitch,
308 Henrique Augusto Reis e Marco Aurélio Moreira. Declaração de voto – Conselheira
309 Lígia Vial Vasconcelos: “É minha preocupação quanto aos relatórios semestrais. A
310 Amda já pediu diversas vezes na CNR, e isso nunca foi pautado, para alguns
311 municípios, principalmente. De Brumadinho, por exemplo, eu já pedi, e teve outro
312 município de que eu também fiz questão de solicitar. Estou dizendo que o Estado,
313 pelo menos até onde sabemos, tem se mostrado bastante ineficiente na questão de
314 avaliação do licenciamento por esses municípios, o que gera ainda mais insegurança
315 de aprovar esses convênios. Já adianto que o meu voto vai ser contrário, em função
316 da ausência de definição de impacto local, conforme preconiza a Lei Complementar
317 140. Eu sei que foi criado um GT para definir o que é impacto local pelo COPAM,
318 mas entendo que até a ausência dessa definição não poderíamos aprovar este
319 convênio, principalmente em se tratando de um município coberto por mata atlântica.
320 É uma coisa que vamos ter que discutir, porque hoje supressão de mata atlântica não
321 é mais um impacto local. Considerando quase a extinção do bioma no Estado inteiro,
322 se suprime aqui, causa um efeito colateral para um bioma altamente ameaçado de
323 extinção. E nós sabemos que em Rio Acima hoje tem um boom de especulação
324 imobiliária gigantesco e tem condomínio nascendo em tudo quanto é lugar no
325 município. Então, essa é a minha preocupação. Considerando que não tem ainda a
326 definição do que é impacto local e o que o município realmente poderia licenciar, o
327 meu voto é contrário ao convênio.” Os conselheiros Maria Teresa Viana de Freitas
328 Corujo e Newton Reis de Oliveira Luz registraram as manifestações a seguir.
329 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu queria ressaltar o que
330 coloquei na última reunião. Embora, realmente, a questão do município seja no
331 âmbito da classe 1 e classe 2, o que nos preocupa muito é, por exemplo, que para
332 mineração de ouro a céu aberto continua sendo concedida Autorização Ambiental de
333 Funcionamento. Mesmo em Rio Acima, o Estado concedeu uma Autorização
334 Ambiental de Funcionamento para a MSol, em 2012, no município de Rio Acima,
335 que está realmente a poucos quilômetros do rio das Velhas, antes da captação de Bela
336 Fama. Eu já coloquei aqui que isso é extremamente grave e quero que fique
337 registrado que, de alguma forma, isso seja realmente abolido no nosso Estado, porque
338 senão, se o próprio Estado está concedendo Autorização Ambiental de

339 Funcionamento para mineração de ouro a céu aberto, com todas as estruturas, a 4 ou
340 5 km do rio das Velhas, acima da captação Bela Fama, isso é extremamente grave. E
341 também o município vai ficar realmente com um cuidado maior. Muitas vezes, até
342 penso, se for um município coerente, quem sabe não vai acontecer no município a
343 Autorização Ambiental de Funcionamento; depende muito de como vai ser essa
344 gestão. Eu gostaria que esse assunto, na Câmara Normativa e Recursal, fosse trazido
345 e tratado o mais urgente possível, porque continua sendo concedida.” Conselheiro
346 Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu me lembro que na reunião anterior nós falávamos
347 da preocupação. Se não me falha a memória, a Ubaldina também pontuou exatamente
348 isso. Alguns anexos requerem profissionais. Embora sejam as classes 3 e 4, como a
349 conselheira Maria Teresa falou, há possibilidade, sim, de isso acontecer, de liberar,
350 seja por Autorização Ambiental de Funcionamento ou outra modalidade qualquer de
351 licenciamento. Há uma preocupação de que isso seja feito. Eu me lembro de ter
352 comentado para a representante do município, mais no sentido de aconselhá-la
353 recomendando isso, porque, depois que acontece, nas audiências públicas, se sair de 3
354 e 4 e tiver que se fazer audiência pública ou mesmo que não aconteça, as discussões
355 acabam desmerecendo um pouco o licenciamento exatamente por não ter sido feito
356 da forma tecnicamente mais correta. Ainda mais eu aqui representando um conselho
357 de profissionais, há uma preocupação muito grande de que isso, de fato, aconteça.
358 Outra coisa: os profissionais que forem apresentar esse processo devem anexar junto
359 a Anotação de Responsabilidade Técnica, porque é isso que caracteriza que aquele
360 profissional tem a atribuição correspondente para poder fazer isso. Eu gostaria que
361 isso ficasse registrado e a preocupação de que, de fato, os licenciamentos que possam
362 trazer dúvida possam ter, de pronto, na saída deles, já ter essas considerações
363 aventadas, para não ter problema.”

7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Rodrigo Pinto Canabrava / Fazenda Villa Terezinha. Culturas anuais excluindo a olericultura, cultura de cana de açúcar com queima, bovinos de corte (confinados), criação de equinos e muares (extensivos) e bovinos de corte (extensivos). Bocaiuva e Engenheiro Navarro/MG. PA 25391/2008/001/2009. Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista: conselheiros Henrique Augusto Reis, Carlos Alberto Santos Oliveira e Mauro da Fonseca Ellovitch. Processo retirado de pauta pela Presidência.

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Rima Industrial S/A. Metalurgia dos metais não ferrosos em formas primárias, inclusive metais preciosos. Bocaiuva/MG. PA 0018/1979/019/2011. Apresentação: Supram Norte de Minas. Retorno de vista: conselheiros Denise Bernardes Couto e Mauro da Fonseca Ellovitch. Processo retirado de pauta pela Presidência.

9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 9.1) Masb 1 SPE Empreendimento Imobiliário Ltda. / MetrÓpole. Prestação de outros serviços

382 **não citados ou não classificados (construção prédio residencial). Nova Lima/MG.**
383 **PA 14355/2011/001/2011. Apresentação: Supram Central Metropolitana.**
384 **Processo retirado de pauta pela Presidência. 9.2) Cennário Empreendimento**
385 **Imobiliário Ltda. / Metr pole. Presta o de outros servi os n o citados ou n o**
386 **classificados (constru o pr dio residencial). Nova Lima/MG. PA**
387 **14315/2011/001/2011. Apresenta o: Supram Central Metropolitana. Processo**
388 **retirado de pauta pela Presid ncia. 9.3) Luzboa S/A. PCH Lumin rias. Barragens**
389 **de gera o de energia. Hidrel tricas. Lumin rias/MG. PA 00041/2003/002/2009.**
390 **Apresenta o: Supram Sul de Minas. Processo retirado de pauta com pedido de**
391 **vista da conselheira Denise Bernardes Couto e vista conjunta solicitada pelo**
392 **conselheiro Mauro da Fonseca Ellovitch. 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
393 **PARA EXAME DE RECURSO DE CONDICIONANTE DE LICEN A**
394 **PR VIA CONCOMITANTE COM LICEN A DE INSTALA O /**
395 **AMPLIA O. 10.1) Usina Delta S/A. Unidade Delta. Fabrica o e refina o de**
396 **a u ar e destila o de  lcool. Delta/MG. PA 00030/1980/019/2009. Apresenta o:**
397 **Supram Tri ngulo Mineiro e Alto Parana ba. Processo retirado de pauta com**
398 **pedido de vista da conselheira Denise Bernardes Couto. 11) PROCESSOS**
399 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE CONDICIONANTE**
400 **DE REVALIDA O DE LICEN A DE OPERA O. 11.1) Usina Delta S/A.**
401 **Unidade Volta Grande. Fabrica o e refina o de a u ar, destila o de  lcool e**
402 **gera o de energia termoel trica. Concei o de Alagoas/MG. PA**
403 **00201/1995/018/2010. Apresenta o: Supram Tri ngulo Mineiro e Alto**
404 **Parana ba. Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira Denise**
405 **Bernardes Couto. 11.2) Usina Delta S/A. Unidade Delta. Fabrica o e refina o**
406 **de a u ar, destila o de  lcool e gera o de energia termoel trica. Delta/MG. PA**
407 **00030/1980/020/2010. Apresenta o: Supram Tri ngulo Mineiro e Alto**
408 **Parana ba. Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira Denise**
409 **Bernardes Couto. 10) ENCERRAMENTO. A presidente Ana Carolina de Brito**
410 **Machado informou que a pr xima reuni o da CNR est  marcada para o dia 30 de**
411 **outubro. Em seguida, n o havendo outros assuntos a serem tratados, declarou**
412 **encerrada a sess o, da qual foi lavrada esta ata.**

APROVA O DA ATA

Presidente Ana Carolina de Brito Machado